



CCPNC - CENTRO CULTURAL PAROQUIAL DE NOSSA SENHORA DO CABO

**RELATÓRIO DE CONTAS
ESCOLA DE MÚSICA
NOSSA SENHORA DO CABO**

ANO 2022

9
12
A

1. Apresentação

O CCPNC - Centro Cultural Paroquial de Nossa Senhora do Cabo - Associação também designado, estatutariamente por Escola de Música Nossa Senhora do Cabo (EMNSC), é uma instituição sem fins lucrativos, ereta canonicamente pelo Patriarcado de Lisboa, conforme consta dos seus estatutos aprovados a 30/03/2009, tendo sido feita a devida participação de existência ao governo civil de Lisboa em 28/9/2009, nos termos do n.º 10 da Concordata assinada a 18 de Maio de 2004 entre a República de Portugal e a Santa Sé.

De acordo com os fins estatutariamente definidos, o CCPNC/EMNSC rege-se pelo estatuto do Ensino Particular e Cooperativo, sendo reconhecida como pessoa coletiva de utilidade pública, tendo a sua sede em Linda-a-Velha, na Rua Lusíadas, n.º 4-A, e uma extensão em Paço de Arcos, na Av. Senhor Jesus dos Navegantes, n.º 4.

- a) **Missão:** Mais do que uma Escola que promove o ensino das artes, queremos ser capazes de educar cada pessoa na sua dignidade plena, promovendo-se a si mesma e aos outros, através do ensino artístico, valorizando todas as dimensões da pessoa humana: espiritual, intelectual, emocional e física.
O nosso trabalho diário procura trazer a arte para a vida, através da formação e da criação de atividades artísticas, nomeadamente na área da música e da dança.
Queremos incentivar o desenvolvimento do gosto artístico e do pensamento criativo e promover a excelência em todos os níveis, a fim de formar músicos e bailarinos de excelência.
Pretendemos concretizar em cada ação o legado que nos é confiado: colocar verdadeiramente a “Arte ao serviço do Homem”.
- b) **Visão:** Ser parte ativa da rede artística nacional, colaborando com o Ministério da Educação, (re)afirmando institucionalmente o valor e a importância do ensino artístico.
Agilizar e reorganizar os protocolos e procedimentos existentes, tornando possível a descentralização, através da abertura de polos que permitam aproximar-nos dos alunos que nos procuram, e o estabelecimento de novas parcerias com o município, com as paróquias e associações existentes no concelho de Oeiras e concelhos limítrofes.
Agilizar procedimentos internos, a vários níveis, para ser possível chegar com mais qualidade, a um maior número de pessoas.
Desenvolver a parceria com a Escola Diocesana de Música Sacra, procurando alcançar toda a área geográfica do Patriarcado de Lisboa.
Promover atividades (concertos, audições, celebrações) que permitam o contacto direto com as realidades sociais envolventes, indo mais além da comunidade Escolar.
- c) **Valores:** Inspirada na matriz Cristã que está na sua génese, a EMNSC assenta a sua ação em valores como: Integridade - Pautamos a nossa conduta por uma ética de retidão, brio e lealdade. Todos fomentamos o ambiente de confiança, equidade e honestidade que promove o ser humano completo, realizado e íntegro.
Através da arte, proporcionar experiências que desenvolvam as várias dimensões da personalidade humana. Formar e educar com o objetivo de enriquecimento pessoal, através destas duas variantes culturais.
Exigência e Disciplina - Fomentamos o gosto pelo trabalho, a capacidade de compromisso e o desafio da melhoria contínua, tendo por base os conceitos de rigor e empenho. Incentivamos a criação de hábitos de trabalho, levando-nos a querer sempre fazer mais e melhor.
Respeito - Acreditamos na dignidade humana e promovemos formas saudáveis de convívio. Cultivamos uma atitude positiva. Educamos e formamos os mais jovens, ensinando-os a ter respeito por si e pelo próximo, tendo por base os princípios de igualdade e transparência.
- d) **Lema:** A arte ao serviço do Homem (lat: *ars hominis servitum*) através da arte, despertar para o verdadeiro sentido da dignidade da vida humana.

A EMNSC é um estabelecimento de ensino artístico especializado, atuando na área da música e da dança.

No ano letivo de 2021/22, abrange os seguintes alunos e cursos:

I. Na sede, em Linda-a-Velha:

Matriculados por Curso	2020/21	2021/22	2022/23
Básico	317	320	289
Articulado	259	270	254
Supletivo	58	50	35
Curso Geral de Música Sacra	7	47	32
Curso Certificado		26	14
Curso Livre	7	21	18
Dança	39	45	52
Livre	39	45	52
Iniciação	137	142	140
Iniciação	137	142	140
Livre	101	74	85
Livre	101	74	85
Pré-escolar	8	11	13
Pré-Escolar	8	11	13
Secundário	56	64	64
Articulado	11	14	15
Supletivo	45	50	49
Total Geral	665	703	676

II. Na extensão de Paço de Arcos:

Matriculados por Curso	2020/21	2021/22	2022/23
Básico	70	81	76
Articulado	69	80	74
Supletivo	1	1	2
Iniciação			2
Iniciação			2
Livre	14	6	3
Livre	14	6	3
Secundário			1
Supletivo			1
Total Geral	84	87	82

III. Parceria com a Paróquia de Óbidos:

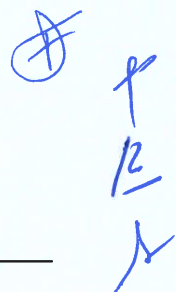
Matriculados por Curso	2020/21	2021/22	2022/23
Curso Geral de Música Sacra		12	6
Curso Geral		12	1
Livre			5
Total Geral		12	6

IV. Parceria com a Paróquia de Arruda dos Vinhos:

Matriculados por Curso	2020/21	2021/22	2022/23
Curso Geral de Música Sacra		7	9
Curso Geral		7	9
Total Geral		7	9

- V. A EMNSC tem em execução um projeto denominado "Oficina Coral", que decorre em todas as escolas básicas do concelho de Oeiras, abrangendo cerca de 225 turmas (quase 5 mil alunos) entre o 1º e o 4º ano de escolaridade.
- VI. Com início no segundo semestre do ano letivo de 2022/23, teve início o projeto "Crescer e Brincar Saudável em Oeiras", dirigido a crianças em idade de Pré-escolar, abrangendo 27 turmas, com um tempo de aula semanal de 45 minutos, com um público-alvo de cerca de 675 crianças.

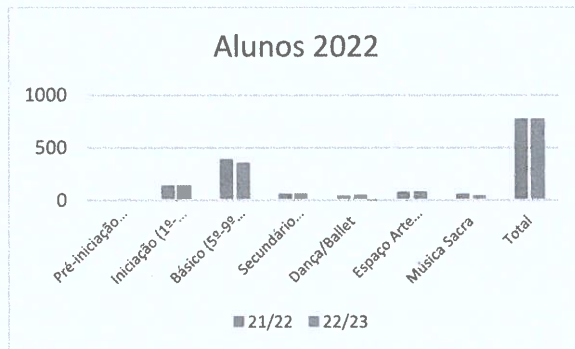
12/1



2. Indicadores operacionais

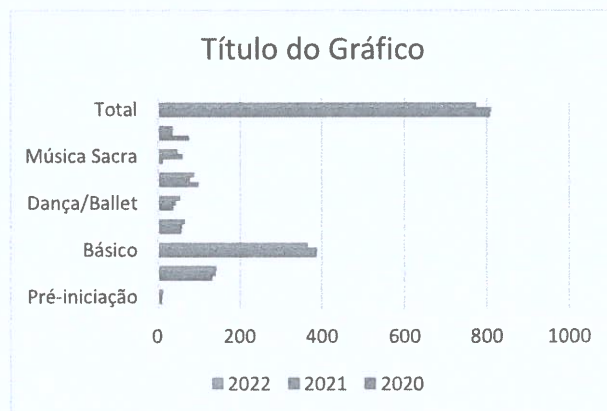
a. Alunos matriculados

Alunos Matriculados	21/22	22/23
Pré-iniciação (pré-escolar)	11	12
Iniciação (1º-4º ano)	139	137
Básico (5º-9º ano)	387	354
Secundário (10º-12º ano)	58	62
Dança/Ballet	43	48
Espaço Arte (curso livre)	77	80
Música Sacra	59	44
Total	774	773



b. Evolução do número de alunos

Cursos e faixas etárias	2020	2021	2022
Pré-iniciação	9	11	13
Iniciação	132	139	142
Básico	386	387	365
Secundário	56	58	65
Dança/Ballet	37	43	53
Espaço Arte	99	77	88
Música Sacra	12	59	47
(anularam a matrícula)	75	35	36
Total	806	809	773



Destes alunos, o Estado financia:

Alunos financiados	10º	11º	12º	5º	6º	7º	8º	9º	Total
Básico				71	81	52	69	54	328
Secundário	8	2	6						15
Total Geral	8	2	6	71	81	52	69	54	343

3. Recursos Humanos

Professores/docentes	78	71
Não docentes/administrativos e técnicos	13	13
Professores/docentes em regime de prestação de serviços	15	17
Total	106	101

Centro Cultural e Paroquial Nossa Senhora do Cabo - Associação
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2022	31/12/2021
Ativo			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis		148 260,20	173 267,32
Bens do património histórico e cultural		0,00	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		7 384,92	6 546,14
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros créditos e activos não correntes		0,00	0,00
Subtotal		155 645,12	179 813,46
Activo corrente			
Inventários		0,00	0,00
Créditos a receber		14 832,87	20 399,51
Estado e outros Entes Públicos		0,00	39,91
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Diferimentos		3 193,15	4 510,06
Outros activos correntes		33 303,39	7 119,63
Caixa e depósitos bancários		349 590,34	384 688,40
Subtotal		400 919,75	416 757,51
Total do Ativo		556 564,87	596 570,97
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		0,00	0,00
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		92 545,53	60 507,72
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais		0,00	0,00
Subtotal		92 545,53	60 507,72
Resultado líquido do período		-22 735,08	32 037,81
Total do fundo de capital		69 810,45	92 545,53
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
Subtotal		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores		5 132,31	6 944,25
Estado e outros Entes Públicos		80 783,94	80 571,67
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Diferimentos		149 160,00	0,00
Outros passivos correntes		251 678,17	416 509,52
Subtotal		486 754,42	504 025,44
Total do passivo		486 754,42	504 025,44
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		556 564,87	596 570,97

Direcção

Contabilista Certificado

J. Amantini Fauti

Miguel C. Anty
CC n.º 59753

Leandro Nunes Pires

António
António Pedro do Espírito Santo Lourenço Lopes

Centro Cultural e Paroquial Nossa Senhora do Cabo - Associação
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Total 2022	Total 2021
Vendas e serviços prestados		975 578,16	945 685,46
Subsídios, doações e legados à exploração		963 926,76	1 011 907,82
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos		-192 923,73	-154 732,06
Gastos com o pessoal		-1 741 121,79	-1 736 800,33
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	-1 890,50
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos		5 820,79	3 768,57
Outros gastos e perdas		-7 371,02	-4 569,63
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		3 909,17	63 369,33
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-26 644,25	-31 331,52
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-22 735,08	32 037,81
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultados antes de impostos		-22 735,08	32 037,81
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-22 735,08	32 037,81

Amélia da Fonte
 Ferris Nuno Ferris
 do Centro de Apoio Técnico e Documentação - 2020.11.11

Direção

Contabilista Certificado

Luís Pedro C. Antas
 CC n.º 59753

ANEXO

Exercício de 2022

A
M. V. L.
12
A

1. Identificação da entidade:

- 1 – Designação da entidade: Centro Cultural e Paroquial de N. Sra. do Cabo - Associação
- 2 – Sede: Rua dos Lusíadas, nº 4 B Linda-a-Velha, Oeiras
- 3 – Natureza da actividade: Ensino (1º, 2º e 3º Ciclos e Secundário) e Educação Pré-Escolar; Ensino de actividades culturais; Actividades de Organizações Religiosas; Arrendamento de bens imobiliários; Actividades das artes do espectáculo

As quantias apresentadas nas notas seguintes são referidas em euros.

As notas não mencionadas não se aplicam à Entidade ou respeitam a factos ou situações não materialmente relevantes ou que não ocorreram no exercício de 2022.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:

2.1 – Referencial contabilístico utilizado:

As demonstrações financeiras encontram-se preparadas de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março.

O Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011, de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011, de 14 de Março.

2.2 – Indicação e justificação das disposições do ESNL que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras:

Não foram derogadas quaisquer disposições do ESNL.

2.3 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior:

As contas do balanço e da demonstração dos resultados são comparáveis com as do exercício anterior.

3. Principais políticas contabilísticas:

3.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção, nem a necessidade, de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as ESNL, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas Devedores e credores por acréscimos e Diferimentos.

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer ao nível da apresentação, quer ao nível dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes desta mesma informação.

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes da informação, com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Devido à importância dos activos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a

Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

A Entidade optou pelas bases de mensuração abaixo descritas.

3.2 – Políticas de reconhecimento e mensuração

Activos fixos tangíveis

Os bens adquiridos são mensurados ao custo de aquisição, o qual inclui as despesas adicionais de compra. Posteriormente são mantidos ao custo histórico líquidos das respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são efectuadas tendo por base as taxas definidas fiscalmente, sendo que a Entidade considera que estas reflectem adequadamente a vida útil estimada dos bens, sendo utilizadas as seguintes taxas:

Edifícios e outras construções	10-50 anos
Equipamento básico	4-8 anos
Equipamento de transporte	4-5 anos
Equipamento administrativo	3-8 anos
Equipamentos Diversos	3-10 anos

Valores a receber

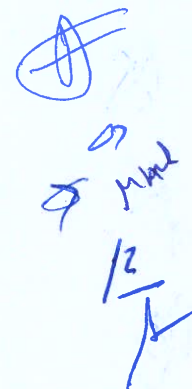
Os valores a receber são inicialmente mensurados ao custo, podendo posteriormente ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por imparidade, sendo esta perda apenas reconhecida quando existe evidência objectiva de que a Entidade não receberá a totalidade dos montantes em dívida.


Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a doze meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

Fundos patrimoniais

A rubrica Fundos constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos. Os Fundos Patrimoniais são compostos por:



- 
- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
 - Fundos acumulados e outros excedentes;
 - Subsídios, doações e legados que o Estado ou outro instituidor, ou a norma legal aplicável a cada entidade, estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

Rendimentos e gastos

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio de contabilidade em regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros activos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

Subsídios do Estado

Os subsídios do Estado são reconhecidos inicialmente quando existe uma certeza razoável que o subsídio será recebido e que a Entidade irá cumprir com as condições associadas à atribuição do subsídio.

Os subsídios que compensam a entidade pela aquisição de um activo são reconhecidos inicialmente no capital próprio e registados em resultados numa base sistemática de acordo com a vida útil do activo.

Os subsídios que compensam a entidade por despesas incorridas são reconhecidos inicialmente como diferimento (passivo) e registados na demonstração dos resultados numa base sistemática, no mesmo período em que as despesas são reconhecidas.

Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objecto de reconhecimento ou de divulgação.

Neste exercício, a Entidade não reconheceu nenhuma Provisão, isto é, não foram identificadas obrigações presentes resultantes de algum evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

Os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Activos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

Estado e outros entes públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar.

Nos termos do n.º 1 do artigo 10.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) *As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.*

Assim, o Centro Cultural e Paroquial de N. Sra. do Cabo - Associação encontra-se isento de IRC ao abrigo do atrás descrito.

4. Fluxos de caixa:

4.1 – Comentário dos Órgãos Sociais sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso:

Não existem saldos indisponíveis para uso.

4.2 – Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Descrição	2022	2021
Numerário	792,87	605,52
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	348.797,47	384.082,88
Outras disponibilidades	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes	349.590,34	384.688,40
Caixa e depósitos bancários constantes do balanço	349.590,34	384.688,40
Saldos credores de depósitos evidenciados no passivo	0,00	0,00

5. Activos fixos tangíveis:

5.1 – Divulgações por cada classe de activos fixos tangíveis:

Movimentos	Rubricas						Activos fixos tangíveis em curso	Total
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis		
Saldo inicial:								
Valor de aquisição	0,00	260.168,12	340.234,80	0,00	123.042,81	2.791,84	0,00	726.237,57
Depreciação acumulada	0,00	-130.915,30	-312.792,87	0,00	-106.257,16	-3.004,92	0,00	-552.970,25
Valor líquido inicial	0,00	129.252,82	27.441,93	0,00	16.785,65	-213,08	0,00	173.267,32
Movimentos do ano:								
Aquisições	0,00	0,00	0,00	0,00	1.637,13	0,00	0,00	1.637,13
Alienações/Abates	0,00	0,00	-571,38	0,00	0,00	0,00	0,00	-571,38
Depreciação do exercício	0,00	-14.369,34	-9.976,86	0,00	-2.298,05	0,00	0,00	-26.644,25
Reg. da deprec. das alien/abates	0,00	0,00	571,38	0,00	0,00	0,00	0,00	571,38
Total de movimentos	0,00	-14.369,34	-9.976,86	0,00	-660,92	0,00	0,00	-25.007,12
Saldo final:								
Valor de aquisição	0,00	260.168,12	339.663,42	0,00	124.679,94	2.791,84	0,00	727.303,32
Depreciação acumulada	0,00	-145.284,64	-322.198,35	0,00	-108.555,21	-3.004,92	0,00	-579.043,12
Valor líquido final	0,00	114.883,48	17.465,07	0,00	16.124,73	-213,08	0,00	148.260,20

As bases de mensuração utilizadas dos activos fixos tangíveis têm uma vida útil finita, sendo utilizado o método da linha recta no registo das amortizações, imputadas numa base sistemática pelo período de vida útil que estimámos, conforme descrito na Nota 3.2.

5.2 – Existência e quantias de restrições de titularidade de activos fixos tangíveis dados como garantia de passivos:

Não existem nenhum activo dado como garantia de passivos, financeiros.

5.3 – Depreciação, reconhecida nos resultados ou como parte de um custo de outros activos, durante um período:

A depreciação reconhecida no ano é de 26.644,25 euros.

5.4 – Montante e natureza dos bens do património histórico, artístico e cultural:

Não existem bens desta natureza.

6. Inventários:

6.1 – Políticas contabilísticas adoptadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada.

Os inventários são inicialmente reconhecidos pelo seu custo de aquisição ou de produção, o qual inclui os custos de compra, de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local actual e na sua condição. Subsequentemente, são mensurados e apresentados pelo mais baixo entre o custo histórico e o valor realizável líquido.

6.2 – Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas.

Categoria de Inventários	2022	2021
<u>Mercadorias:</u>		
Mercadorias	0,00	0,00
Valor final de Mercadorias	0,00	0,00
<u>Matérias-primas, subsidiárias e de consumo:</u>		
Matérias-primas	0,00	0,00
Valor final de PTC	0,00	0,00
Valor bruto Inventários	0,00	0,00
Perdas por imparidade acumuladas Inventários	0,00	0,00
Valor líquido Inventários	0,00	0,00

6.3 – Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período.

Natureza	2022	2021
Inventário inicial	0,00	0,00
Compras	0,00	0,00
Reclassificação e regularização de inventários	0,00	0,00
Inventário final	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	0,00	0,00

7. Créditos a receber e outros activos correntes:

7.1 – Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para

Handwritten notes in blue ink: a circled 'A', 'P', '12', and a signature.

12/12/22
a compreensão das demonstrações financeiras. Categorias de activos e passivos financeiros:

Os instrumentos financeiros detidos pela Entidade encontram-se mensurados ao custo ou custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade, ou, nos casos aplicáveis, ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

A Entidade entende que o valor contabilístico das contas a receber é próximo do seu justo valor. A 31 de Dezembro 2022 não temos indicações de que não serão cumpridos os prazos normais de recebimento dos valores incluídos em clientes não vencidos e em clientes vencidos para os quais não existe imparidade registada.

O detalhe da rubrica de créditos a receber é o seguinte:

Natureza	2022	2021
Clientes	14.832,87	20.399,51
Total	14.832,87	20.399,51

O detalhe da rubrica de outros activos correntes é o seguinte:

Natureza	2022	2021
Adiantamentos a fornecedores	1.068,42	148,81
Adiantamentos operações com outro pessoal	0,00	389,61
Outros devedores	32.234,97	6.581,21
Total	33.303,39	7.119,63

8. Fundos Patrimoniais:

A variação ocorrida, nos anos de 2021 e 2022, nos Fundos Patrimoniais encontra-se devidamente evidenciada na Demonstração das alterações nos Fundos Próprios.

Handwritten notes in blue ink: a circled 'A', an arrow pointing to the right, and the number '13' with a horizontal line through it.

9. Fornecedores e outras contas a pagar:

9.1 — Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras. Categorias de activos e passivos financeiros:

Os instrumentos financeiros detidos pela Entidade encontram-se mensurados ao custo ou custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade, ou, nos casos aplicáveis, ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

O detalhe da rubrica de fornecedores é:

Natureza	2022	2021
Fornecedores conta corrente	5.132,31	6.944,25
Total	5.132,31	6.944,25

As outras contas a pagar apresentam-se como se segue:

Natureza	2022	2021
Adiantamentos de clientes	4.290,91	4.592,75
Pessoal	189,98	1,71
Fornecedores de investimentos	0,00	0,00
Credores por acréscimos	241.125,80	399.958,68
Outros credores	6.071,48	11.956,38
Total	251.678,17	416.509,52

10. Estado e outros entes públicos:

A rubrica do Estado e outros entes públicos respeita às seguintes naturezas:

Natureza	Activo corrente	Passivo corrente
Retenção de impostos sobre rendimentos	0,00	30.853,19
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	0,00	412,06
Contribuições para a Segurança Social/CGA	0,00	49.256,57
Outras tributações - FCT e FGCT	0,00	262,12
Total	0,00	80.783,94

A Instituição não tem dívidas à Autoridade Tributária (AT) nem ao Instituto da Segurança Social.

11. Financiamentos obtidos:

Não existem financiamentos obtidos.

12. Rédito:

12.1 – Políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adoptados para determinar a fase de acabamento de transacções que envolvem a prestação de serviços.

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos, e é reconhecido quando os riscos e vantagens inerentes à posse dos activos vendidos são transferidos para o comprador, no caso da venda, e é reconhecido com referência à sua execução relativamente aos serviços prestados.

12.2 – Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

Natureza	2022	2021
Vendas:		
Mercadorias	0,00	0,00
Total de vendas	0,00	0,00
Prestações de serviços:		
Mensalidades e espectáculos	975.578,16	945.685,46
Quotizações	0,00	0,00
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Comparticipação de utentes	0,00	0,00
Total de prestações de serviços	975.578,16	945.685,46
Outros rendimentos e ganhos:		
Rendimentos suplementares	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Imputação de subsídios para investimentos	0,00	0,00
Outros	5.820,79	3.768,57
Total de outros rendimentos e ganhos	5.820,79	3.768,57
Juros, dividendos e outros rendimentos:		
Juros obtidos	0,00	0,18
Total de Juros, dividendos e outros rendimentos	0,00	0,00

13. Subsídios, doações e legados à exploração:

13.1 — Política contabilística adoptada para os subsídios do Estado, incluindo os métodos de apresentação adoptados nas demonstrações financeiras.

Os subsídios do Estado são reconhecidos após existir segurança de que a Entidade cumprirá as condições a eles associadas e que os subsídios serão recebidos.

Em termos de contabilização:

Os subsídios do Estado relacionados com resultados serão registados como rendimentos caso os gastos já estejam incorridos, ou a rendimentos diferidos na proporção dos gastos a incorrer.

Os subsídios do Estado relacionados com activos são inicialmente contabilizados nos Fundos patrimoniais e, subsequentemente, imputados a rendimentos durante a vida útil do activo caso sejam activos depreciables ou amortizáveis, ou, mantidos nos Fundos patrimoniais, caso esses activos não sejam depreciables ou não amortizáveis.

Handwritten notes:
 A
 March
 12
 [Signature]

13.2 — Natureza e extensão dos subsídios do Estado reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Estado de que directamente se beneficiou.

Os rendimentos provenientes dos Subsídios decompõem-se da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Subsídios do Estado e outros entes públicos	958.760,00	1.007.163,30
Subsídios de outras entidades	0,00	0,00
Outros	5.166,76	4.744,52
Total	963.926,76	1.011.907,82

13.3 — Condições não satisfeitas e outras contingências ligadas ao apoio do Estado que foram reconhecidas.

Não aplicável.

13.4 — Benefícios com valor atribuído, materialmente relevantes, obtidos de terceiras entidades.

Não aplicável.

13.5 — Principais doadores/fontes de fundos

O principal doador de fundos tem sido o Ministério de Educação.

14. Fornecimentos e serviços externos:

Os fornecimentos e serviços externos decompõem-se da seguinte forma:

Natureza	2022	2021
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	107.283,41	97.761,36
Materiais	21.980,22	10.162,71
Energia e fluidos	27.575,67	21.738,46
Deslocações, estadas e transportes	2.324,22	1.355,53
Serviços diversos	33.760,21	23.714,00
Total	192.923,73	154.732,06

15. Gastos com pessoal:

Os gastos com pessoal decompõem-se da seguinte forma:

Natureza	2022	2021
Remunerações do pessoal	1.406.185,74	1.407.742,63
Indemnizações	19.943,96	16.794,44
Encargos sobre remunerações	304.541,92	303.399,18
Seguros de acidentes de trabalho	8.301,10	7.515,83
Outros gastos com o pessoal	2.149,07	1.348,25
Total	1.741.121,79	1.736.800,33

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade foi de 89.

16. Acontecimentos após a data do balanço:

16.1 — Autorização para emissão:

a) Data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e indicação de quem autorizou;

A Direcção autorizou a emissão das demonstrações financeiras na data estipulada no relatório da Direcção.

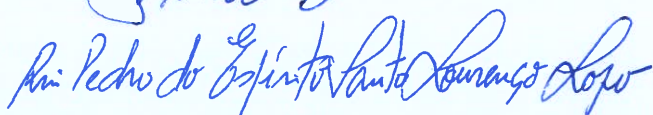
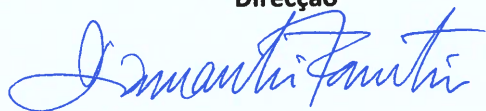
b) Indicação sobre se os proprietários, ou outros, têm o poder de alterar as demonstrações financeiras após esta data.

A Direcção detém o poder de alterar as demonstrações financeiras após a data acima referida.

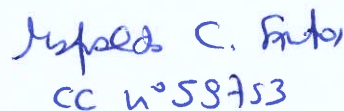
16.2 — Actualização da divulgação acerca de condições à data do balanço. Indicação sobre se foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data do balanço. Em caso afirmativo, indicação sobre se, face às novas informações, foram actualizadas as divulgações que se relacionam com essas condições.

Não existiram situações significativas que alterem a posição financeira relatada.

Direcção



Contabilista Certificado



CC n.º 58753

